

GESTÃO EM SALA DE AULA: UM ARTIFÍCIO PARA A PREVENÇÃO DA INDISCIPLINA.

Autor: Sidimar Pedroso Silva

Aluno do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Supervisão Escolar e Coordenação Pedagógica pelo Instituto Superior de Educação Ibituruna – Núcleo de Guanambi - Ba

RESUMO

O presente trabalho aborda a problemática da indisciplina nas salas de aula. O texto versa sobre o processo da gestão democrática no Brasil no que se refere às conquistas democráticas para a sociedade brasileira e para a educação pública. Desenvolve a noção da indisciplina, destacando alguns pontos críticos que lhe dão sustentação, salientando que este seja um dos desafios mais críticos com os quais se defrontam as instituições de educação básica. A metodologia se dá a partir da análise dos dados coletados na pesquisa qualitativa, onde foram aplicados questionários a professores do ensino fundamental, classes do primeiro ao quinto ano, de escolas da rede particular e pública. Ao final, apresenta-se o resultado da pesquisa, ficando claro que as diferenças sociais e econômicas são grandes influenciadores do comportamento dos estudantes em sala de aula, bem como a maneira que a gestão em sala tem sido efetivada diante do fator indisciplina.

PALAVRAS CHAVES: Gestão democrática, Gestão de sala de aula, Indisciplina.

INTRODUÇÃO

A princípio, para melhor entendermos o processo de gestão como um todo, faremos um breve relato a cerca deste processo histórico da gestão democrática do nosso país.

A década de 80 foi um período de abertura política, no que se refere às conquistas democráticas para a sociedade brasileira e para a educação pública. A Constituição Federal de 1988 refletiu a pressão da sociedade civil, que reivindicava um país democrático, incorporando então a gestão democrática do ensino público, no art. 206, item VII, que definiu a sua gratuidade em todos os níveis de ensino e a qualifica como um dever do Estado, reafirmando assim o caráter público da educação.

Ao estabelecer a gestão democrática como um princípio, a Carta Magna institucionaliza práticas já existentes de participação e descentralização em muitos sistemas de ensino público.

Com a publicação do artigo de Saviani, “Contribuição à elaboração da nova LDB: um início de conversa”, escrito em 1987 e publicado na Revista da ANDES em 1988, destaca-se a criação de um sistema nacional de educação, que compreenda a participação da sociedade civil nos colegiados de ensino, bem como na escolha democrática de dirigentes, entre outros.

A Constituição de 1988, no art. 214, prevê o estabelecimento, por lei, de um Plano Nacional de Educação e a LDB 9.394/96 institui a Década da Educação, a partir de dezembro de 1997, juntamente com o encaminhamento ao Congresso do Plano Nacional de Educação, com as diretrizes e metas para esses dez anos, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Lei 9.394/96, art. 87, parágrafo 1º). O Plano Nacional de Educação, nº 10.127 de 09 de janeiro de 2001, passa a contemplar a gestão democrática, sob o ângulo da gestão dos recursos, num primeiro momento, e em seguida, a gestão financeira e pacto federativo, para, finalmente, abordar a gestão democrática mais diretamente, apresentando 25 metas de gestão, envolvendo os três momentos.

O processo de gestão democrática das instituições educacionais conquistou então, um espaço na legislação brasileira e representa a expressão de um anseio popular. Pode ser considerado um novo projeto de educação para o Brasil e um instrumento precioso para consolidar e

assegurar a democracia do país. Não é um caminho fácil, se considerarmos, principalmente, a conjuntura atual e a história de autoritarismo e patrimonialismo do nosso país, mas é um caminho possível, que depende das ações adotadas pela sociedade e sistemas de ensino.

Quando se fala de gestão, vale ressaltar que a mesma, no espaço escolar, não se limita apenas ao diretor, mas hoje em dia se fala de uma gestão que vai além de uma comissão formada por um pequeno grupo, mas que a mesma seja democrática, reflexiva e transformadora de suas ações, que tem como centro o conjunto formado por todos os atuantes do espaço escolar, obedecendo e levando em consideração o parecer expressado por cada um, desde ao colaborador que ocupa o mais singelo cargo ao diretor da instituição.

Porém, o que tem sido visto é que a organização política e prática das escolas, regidas por regras, sanções e punições sobre alunos tidos como indisciplinados, defasagem do quadro docente e de pessoal de apoio, personalidade dos professores, tendem a desabrolhar fatores comportamentais dos alunos em sala de aula, que refletem sobre o que chamamos de indisciplina.

A indisciplina no espaço escolar como um todo, permeia um dos desafios mais críticos com os quais se defrontam as instituições de educação básica, em que, tanto as públicas quanto as redes privadas se constituem elenco deste cenário. No espaço escolar, a indisciplina abarca diversas formas e mecanismos de expressão, não constituindo apenas um fenômeno atrelado a determinados comportamentos de indivíduos particulares, como também dá margens a se pensar na mesma como um fenômeno cultural e institucional.

É necessário que se compreenda que com o passar do tempo, grandes mudanças alcançaram a escola, a sociedade e as relações entre si. Para os educadores, esta compreensão parece ser uma tarefa difícil, uma vez que os mesmos não tem dado conta disto, pois inconscientemente colocam seus alunos como alvo para que possam descarregar suas mágoas, suas incompreensões, suas acusações.

Quando pensamos em disciplina, logo nos vêm à mente as idéias de limites, restrições (nos mais diversos sentidos da palavra), interdições, proibições entre outros. Na escola, estes pensamentos provocam uma crise, e, esta crise se manifesta de muitas formas, inclusive pela

falta de sentido para o estudo por parte dos alunos, pois a pergunta "estudar para quê", nunca esteve tão forte na cabeça dos alunos como agora.

Segundo Teixeira, 1996, "quando o professor tem a percepção de que esta relação não é bem conseguida poderá viver momentos de permanente ansiedade e insatisfação".

Um dos obstáculos mais freqüentes na hora de usar o mau comportamento a favor da aprendizagem é uma atitude comum a muitos professores: o de encarar a indisciplina como agressão pessoal. Muitos ainda dizem: "... não podemos nos colocar na mesma posição que o aluno". Para alguns educadores, quando a desordem se instala em sua classe, é preciso que se aja com firmeza. Mas como fazer isso? A resposta é simples e objetiva, pois não há fórmulas prontas, não há maneiras editadas em bons livros, mas sim, há caminhos e meios de se discutir o caso com os envolvidos e aplicar sanções relacionadas ao ato em questão.

É impossível falar de indisciplina sem pensar em autoridade. E é impossível falar de autoridade sem fazer uma ressalva: ela não é algo mágico, mas uma construção. Ou seja, ter autoridade é muito diferente de ser autoritário, uma vez que autoridade não se impõe, se conquista.

Contudo, muitos educadores não foram preparados ou não estão preparados para agirem desta maneira, e fazem grotescas associações da indisciplina de seus alunos à delinqüência e agressividade, principalmente quando os alunos são oriundos de famílias de baixa renda, não dando espaço para qualquer tipo de reflexão com os mesmos sobre os possíveis comportamentos.

O alto nível de desgaste pessoal, acompanhado da falta de infra-estrutura escolar, ausência de materiais adequados para a execução do planejamento pedagógico, a gestão centralizadora, e a indisciplina em questão, leva muitos educadores a um cansaço físico e mental, o que muitas vezes o faz ignorar o ato de levar seus alunos a refletirem sobre seus atos, na tentativa de mudanças na gestão de sua classe. E isto muitas vezes se associa ao que Libâneo (2007) diz:

Professores preparados, que tenham clareza de seus objetivos e conteúdos; Existência de projeto pedagógico curricular com um plano de trabalho bem definido; Um bom clima de trabalho, em que a direção contribua para conseguir o empenho de todos; Estrutura organizacional e boa organização de ensino e aprendizagem; Papel significativo da direção e da coordenação pedagógica; Disponibilidade de condições físicas e materiais de recursos didáticos, bibliotecas e outros; Estrutura curricular e modalidades de organização do currículo com conteúdos bem selecionados;

Disponibilidade da equipe para aceitar inovações, observando o critério de mudar sem perder a identidade. (p. 302-303)

O professor precisa desempenhar seu papel, pois além de pedagogicamente organizar suas aulas, também está incluído a disposição para dialogar sobre objetivos e limitações e mostrar ao seu aluno o que a escola e a sociedade esperam dele. Só quem tem certeza da importância do que está ensinando e domina várias metodologias consegue desatar esses nós. Estrela, 1996, afirma que o problema central da indisciplina poderá ser consideravelmente reduzido se ajudarmos os professores a tornarem-se organizadores mais eficazes da sala de aula.

Muitas vezes essa organização da sala de aula, para alguns educadores, esta intimamente ligada aos recursos pedagógicos oferecidos pela escola, o que para outros não o é. Isto verifica a partir da análise dos dados coletados na pesquisa qualitativa, onde foram aplicados questionários a professores do ensino fundamental, classes que compreendem do primeiro ao quinto ano, de escolas da rede particular e pública de ensino. Em todos os questionários pudemos observar semelhanças e diversidades.

Para os professores da rede pública de ensino, as respostas foram muito semelhantes no quesito falta de estrutura adequada na escola, bem como o meio onde vivem seus alunos, que muita das vezes é marcado pela carência de afeto e de bens materiais, não obstante à crescente violência que os cerca, fazendo com que em todo o período que estejam em sala de aula, ou boa parte dele, alguns alunos “descontem” seus desamores nos professores e em seus colegas, influenciando na organização e desempenho da classe.

Os educadores da rede pública de ensino se queixaram também da falta de materiais adequados para apoiar um projeto pedagógico. Segundo eles, a ausência de materiais, traz um desânimo sobre eles e que por sua vez, acaba por afetar a seus alunos, pois para eles, educadores, isso ajuda ao não controle da disciplina em classe, “não basta falarmos firme com nossos alunos, se não temos algo a mais para lhes oferecer”, disse uma professora entrevistada. Segundo os entrevistados, sempre se faz mister a presença do diretor ou um supervisor de alunos em classe para “dar um jeito” nos alunos.

Já para os educadores da rede privada de ensino, a questão estrutural e de material didático pedagógico não é um fator causador da indisciplina, mas segundo eles, é uma questão que envolve finanças.

Muitas das crianças freqüentadoras das salas de aula são filhos de pessoas que tem uma situação financeira estável, o que faz muitas das vezes com que tanto os alunos quanto os pais se sintam os donos das escolas, achando eles que podem fazer e deixar de fazer quando bem entenderem.

Para alguns educadores, as primeiras semanas do ano letivo são sempre recheadas de muitos desafios, e um deles, talvez o mais difícil, seja conquistar autonomia para uma gestão da classe, estabelecendo limites, deveres e direitos que muitas vezes são descumpridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observar, analisar e procurar entender o mundo e interagir com ele, tem por meio da leitura um caminho para a promoção do desenvolvimento de competências na medida em que os conhecimentos vão sendo absorvidos e se amplia gradativamente a produção cultural da humanidade.

Quando falamos de leitura, não podemos nos limitar apenas à decodificação da palavra, mas sim falamos também de uma leitura de mundo, de imagens, de pessoas, de vivências, de situações, atos e atitudes, pois para o educador dos dias atuais, esta prática de leitura se torna indispensável para a aquisição de autonomia e gestão em sala de aula. Uma vez que tentar compreender os motivos de determinadas atitudes de seus alunos são indispensáveis para o início de uma boa gestão.

Transpor os obstáculos da sala de aula, que muitas vezes se apresenta por meio de alunos que trazem uma bagagem de vivências e aprendizados diversificados, se torna um grande desafio para o educador. Sobre esse assunto, Teixeira (1996) diz,

Os problemas da relação professor-aluno podem conduzir a problemas de indisciplina extremamente complexos e dependentes de um número de variáveis diversos: variáveis de ordem psicológica e social, relativas a organização das escolas e até mesmo à sua atuação profissional. (p. 79)

Embora as experiências de gestão democrática estejam ainda distantes do ideal almejado, essas diferentes práticas são de extrema importância para a tentativa de consolidação deste processo e ensejam novas pesquisas sobre a temática no campo educacional.

Não podemos deixar de ter como foco em nosso trabalho o ser humano. Precisamos valorizar as pessoas. Uma frase de Walt Disney ilustra bem essa idéia: “Você pode sonhar, criar, desenhar e construir o lugar mais maravilhoso do mundo... mas é necessário ter pessoas para transformar seu sonho em realidade”.

Em suma, estamos envolvidos com pessoas em nosso dia a dia: alunos, professores, pais, coordenadores, orientadores e diretores e, por isso, precisamos aprender a trabalhar em equipe para obter uma instituição forte, competente e coesa. A qualidade é obtida através do esforço de todos os seus integrantes, onde cada profissional é importante e cada aluno também. A escola é uma organização humana em que as pessoas somam esforços para um propósito educativo comum e as salas de aulas são os ramos dessa grande árvore estimuladora do conhecimento, ou que ao menos, o deveria ser.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CURY, C.R.J. Gestão Democrática da Educação: exigências e desafios. In: *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre: ANPAE, v. 18, n. 2, p. 163-174, jul./dez. 2002.

ESTRELA, A. Relação Pedagógica, disciplina e indisciplina na sala de aula. Porto editora, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p.01-66.

LERNER, Delia. Ler e escrever na escola - o real, o possível e o necessário. Artmed. Porto Alegre. 2002

LIBANEO, José Carlos. EDUCAÇÃO ESCOLAR: políticas, estrutura e organização. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SMITH, F. Leitura Significativa. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TEIXEIRA, M. (1996) O professor e a escola. Lisboa: McGraw. Hill.